



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	25446/2023
Data do Início	15/12/2023
Folha	
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 25446/2023, Pregão Eletrônico 16/2023

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada, através do Sistema de Registro de Preços –Pregão Eletrônico, visando o fornecimento de materiais médico hospitalares, padronizados no município, para garantir a manutenção do atendimento das demandas nas seguintes Unidades: Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e Rede de Atenção Básica e Especializada.

À Procuradoria Geral do Município,

A empresa **MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 14.133/2021, especificamente no artigo 164:

“Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.”

Portanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra TEMPESTIVO.

II – DAS RAZÕES

Em resumo, a impugnante alega:

- Suposta restrição à competitividade devido à exigências tecnicamente desnecessárias na qualificação técnica.

III – DO MÉRITO

Em suas razões, a impugnante argumenta que o edital do certame supracitado contém previsões contrárias à legislação que disciplina os procedimentos licitatórios, visto que possui



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

exigências injustificadamente restritivas que prejudicam a competitividade e isonomia entre os participantes da licitação pública.

Em análise ao ponto atacado, passamos a nos manifestar sobre.

Os procedimentos licitatórios têm por finalidade precípua a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração. Firme neste norte, a administração deve envidar esforços no sentido de não limitar a participação de competidores nos procedimentos licitatórios, observando neste os princípios que o regem, notadamente o da legalidade insculpido no inciso II do art. 5º da Constituição Federal.

Nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no edital, necessários ao atendimento do interesse público em busca da melhor proposta e ainda na ampliação da competitividade considerando os mais diversos possíveis interessados.

É de comum senso que o edital deverá conter o “objeto da licitação de forma sucinta e clara”; a exigência visa assegurar o tratamento isonômico entre os participantes e, ainda, garantir a eficiência da atuação administrativa. É através da definição clara e precisa do objeto da licitação que se poderá verificar a adequação da proposta ao que a Administração Pública busca contratar. Destaca-se, ainda, que somente assim é que se garante um julgamento objetivo por parte do ente licitante.

Pela lição do ilustre Marçal Justen Filho, temos:

“(...) o ato convocatório deve descrever o objeto de modo sumário e preciso. A sumariedade não significa que possam ser omitidas do edital (no seu corpo e nos anexos) as informações detalhadas e minuciosas relativamente à futura contratação, de modo que o particular tenha condições de identificar o seu interesse em participar do certame e, mais ainda, elaborar a proposta de acordo com as exigências da Administração.”

Porém, não se deve perder de vista o que dispõe as alíneas do inciso I, do artigo 9º, da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.”

Considerando que esta Comissão mantém o respeito às atribuições funcionais desta administração, registra-se que os pontos atacados nas razões da peça impugnatória são estabelecidos pela Secretaria Requisitante, levando em conta as atribuições de mercado e a necessidade particular do órgão, motivo pelo qual não cabe a esta especializada debater sobre o tema.

Contudo, é de bom tom que sejam analisadas as razões uma vez que a peça apresenta diversas questões de aparente relevância. Assim, esta comissão solicita a manifestação da secretaria requisitante.

IV- DA CONCLUSÃO

Esta especializada decide **conhecer a IMPUGNAÇÃO**, porém, tendo em vista que as razões alegadas fogem da competência desta comissão, solicitamos a análise da Procuradoria Geral assim como da Secretaria Requisitante e que, caso entendam necessário, tomem as medidas necessárias, visando o sucesso do certame.

Diante do exposto, submetemos à Douta Procuradoria Geral do Município e, após, à Secretaria Requisitante para ciência e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 18/12/2023

MARIA TRAVASSOS

Mat. 111.813

De acordo

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS

Pregoeira

Mat. 109.262